

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Flávia Piovesan	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 2	
COLISÕES DE DIREITOS	23
2.1 O processo interpretativo e seus resultados	23
2.2 Princípios e regras	26
2.2.1 Diferenças de grau	27
2.2.2 Diferenças de natureza lógica e qualitativa	29
2.2.3 As duas noções são incompatíveis?	32
2.3 Conflito de regras: soluções	33
2.3.1 A cláusula de exceção	34
2.3.2 O critério da hierarquia	34
2.3.3 O critério cronológico	35
2.3.4 O critério da especialidade	36
2.4 Colisão de princípios: soluções	36
2.4.1 Princípios e valores constitucionais	36
2.4.2 Os direitos fundamentais e seus limites	37
2.4.2.1 A delimitação do âmbito normativo	39
2.4.2.2 As leis restritivas de direitos fundamentais	41
2.4.2.3 Inexistência de lei e colisões de princípios	43
2.4.3 A concordância prática e a proporcionalidade	43
2.4.3.1 A unidade da Constituição	43
2.4.3.2 O postulado da concordância prática	45
2.4.3.3 Hierarquia material entre normas constitucionais	46
2.4.3.4 A regra da proporcionalidade	48
2.5 Do choque ao nascimento do direito	57
2.5.1 As fontes do Direito	58
2.5.2 Direitos fundamentais subjetivos	59
2.5.2.1 Direito a algo e seus três elementos	59
2.5.2.2 Os direitos subjetivos	62
2.5.2.3 Direito a algo e direitos subjetivos	63
2.5.3 A extensão dos direitos fundamentais	69

CAPÍTULO 3

DIGNIDADE, VIDA E LIBERDADE NUM ESTADO LAICO.....	73
3.1 O Estado laico e os direitos constitucionais.....	73
3.1.1 Estado e Igreja nas Constituições brasileiras.....	73
3.1.2 Panorama da jurisprudência do STF.....	76
3.1.3 A laicidade do Estado e suas consequências.....	81
3.2 A dignidade.....	86
3.2.1 A dignidade e o imperativo prático kantiano.....	86
3.2.2 O segundo pós-guerra e a dignidade da pessoa humana.....	89
3.2.2.1 Os tratados internacionais de direitos humanos.....	89
3.2.2.2 As constituições nacionais.....	93
3.2.3 A dignidade como núcleo dos direitos fundamentais.....	101
3.2.4 As dimensões negativa e prestacional da dignidade.....	104
3.2.5 O núcleo da dignidade da pessoa humana.....	106
3.2.6 Dignidade: caráter absoluto ou relativo?.....	114
3.3 O direito à vida.....	116
3.3.1 A concepção kantiana: vida como dever absoluto.....	118
3.3.2 Direito à vida: renúncia e ponderação.....	122
3.4 A liberdade.....	129
3.4.1 Minós e La Boétie.....	129
3.4.2 A liberdade negativa e a liberdade positiva.....	132

CAPÍTULO 4

DIREITO À MORTE DIGNA E EUTANÁSIA.....	137
4.1 Algumas distinções e um conceito.....	143
4.2 A eutanásia no direito comparado.....	150
4.2.1 Alguns países que atenuam a pena de homicídio por motivos humanitários ou consentimento do paciente.....	151
4.2.2 Países que admitem alguma forma de eutanásia ativa direta.....	160
4.2.3 Os Estados Unidos da América.....	164
4.2.4 Alguns países que não regulam especificamente a eutanásia.....	167
4.3 Argumentos contrários à eutanásia e sua refutação.....	169
4.4 O caso brasileiro.....	174
4.4.1 O direito à informação e o consentimento do paciente.....	174
4.4.2 A competência para consentir.....	178
4.4.3 A eutanásia passiva.....	186
4.4.3.1 A recusa de se submeter a tratamento médico.....	186
4.4.3.2 A lei paulista sobre os direitos dos pacientes e a Resolução nº 1.805/2006 do Conselho Federal de Medicina.....	190
4.4.4 O testamento vital e a procuração de saúde.....	192
4.4.5 A distanásia ou obstinação terapêutica.....	196
4.4.6 Os cuidados paliativos.....	201
4.4.7 A eutanásia ativa direta e indireta.....	202

CAPÍTULO 5	
CONCLUSÃO.....	209
REFERÊNCIAS.....	219
ÍNDICE DE ASSUNTO	233
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....	237